

Seminário propõe soluções para a Billings

Serão apresentados hoje resultados de discussões sobre proteção do manancial

MAURA CAMPANILI

Garantir a proteção de pelo menos 30% da Bacia Hidrográfica da Billings com unidades de conservação, além de promover a recuperação ambiental e urbana perto do reservatório – o maior da região metropolitana de São Paulo – são algumas das recomendações do Seminário Billings 2002, que serão apresentadas hoje pelo Instituto Socioambiental (ISA), no Memorial da América Latina.

Promovido em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente (SMA), prefeituras de São Paulo e Ribeirão Pires e Subcomitê da Bacia, entre outros, o seminário reuniu por três dias, na última semana, em Ribeirão Pires, 193 especialistas para elaborar uma proposta de proteção do manancial, que abastece 1,5 milhão de pessoas.

“Detectamos os pontos de conflito em relação à conservação ambiental e ao desenvolvimento econômico, assim como as áreas onde há consenso”, diz Lúcia Sena, da SMA. O resultado é um mapa da Billings com recomendações de ações prioritárias para cada área da bacia. Isso deve servir de base para a atuação do Estado, das seis prefeituras ligadas ao manancial e do subcomitê. “É um pacto entre os setores, para que todas as ações sejam convergentes”, diz Fábio Vital, do Instituto Aqua.

Segundo Nelson Pedrosa, vice-presidente do subcomitê, o seminário dará subsídios para a legislação da bacia. “Será também um indicador para a geração de energia elétrica e da futura cobrança pelo uso da água.”

Fauna – O coordenador-geral do seminário, João Paulo Capobianco, do ISA, explica que os convidados conhecem bem a Billings. “Nosso trabalho foi relacionar informações não sistematizadas sobre 12 temas e cruzar esses dados.” Uma das surpresas do levantamento foi a constatação da presença de antas e onças-pintadas, na região do Rio Pequeno, e do monocar-

como o Parque Estadual da Serra do Mar) e criação de 8 novas unidades de conservação, que ocupariam 9% da bacia.

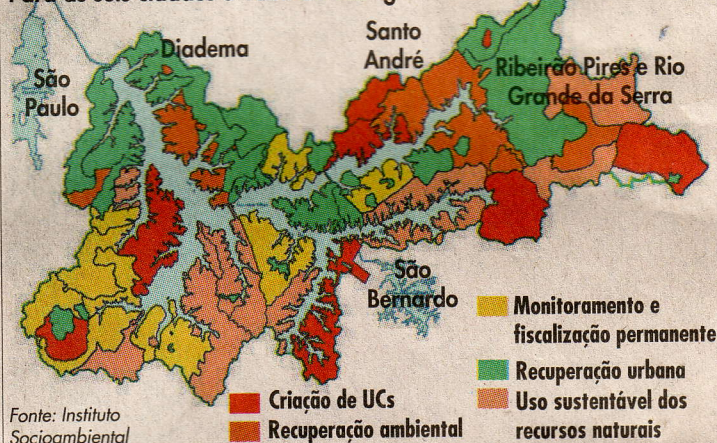
Segundo Capobianco, no geral, foram detectadas duas macroáreas para conservação, seja através de unidades de conservação ou de controle rigoroso, que correspondem à Bacia do Rio Pequeno, em São Bernardo do Campo, Santo André e Rio Grande da Serra, e do Taquacetuba, em São Bernardo e São Paulo. “São áreas ainda muito bem preservadas, que precisam ser mantidas assim”, diz.

Um exemplo das ações sugeridas é a Cratera da Colônia, na Bacia do Taquacetuba, em

São Paulo. Tombada pelo Condephaat, por ter sido formada pela queda de um meteoro, ela está dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) do Capivari-Monos e tem uma ocupação irregular de cerca de 5 mil famílias. A proposta para a região é a recuperação urbana das áreas já habi-

RECOMENDAÇÃO PRINCIPAL

Para as seis cidades à volta da Billings



voeiro (primata símbolo da mata atlântica), entre os Rios Capivari e Taquacetuba, ao longo da Rodovia dos Imigrantes.

Tudo isso permitiu aos especialistas apontar, por exemplo, que em 81% da área da bacia há alternativas econômicas a serem exploradas. Já em 66% da área há problemas comprometendo a qualidade da água.

Entre as prioridades máximas, foi sugerido o uso sustentável em 20,37% da bacia (com atividades turísticas, por exemplo), recuperação ambiental em 8,64%, recuperação urbana em 25,61%, monitoramento e fiscalização permanentes em 18,4% (em áreas já protegidas,

tadas e a criação de um parque no entorno, para conter a expansão da urbanização e garantir a qualidade da água das cabeceiras do Taquacetuba.

Outras recomendações visam a evitar a expansão da ocupação na região do Rio Grande, que abastece o ABC, e evitar que o processo de urbanização chegue ao Rio Pequeno. Nessas regiões, assim como em locais como o município de Ribeirão Pires, a vocação turística deve ser incentivada. A área mais adensada da represa, próxima à Barragem da Pedreira, tem prioridade máxima para saneamento e recuperação urbana. (Agência Estado)